

## **CURSOS MOOC COMO OPORTUNIDADE DE FORMAÇÃO DOCENTE: PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA**

Dulcileia Marchesi Costa  
Instituto Federal do Espírito Santo  
dulcileia.marchesi@ifes.edu.br

Roberta de Sousa Almeida  
Instituto Federal do Espírito Santo  
roberta.almeida@ifes.edu.br

### **Resumo**

A formação de professores na área da Educação Especial é condição fundamental para a inclusão escolar como direito social e permanência e êxito dos estudantes, público da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva. Nesse cenário, os cursos online, abertos e massivos (MOOC) despontam como alternativa relevante de formação continuada, por ampliarem o acesso e possibilitarem maior capilaridade territorial. O presente estudo teve como objetivo identificar os cursos de formação continuada em Educação Especial Inclusiva ofertados em plataformas brasileiras de MOOC, mapear as temáticas e apontar as lacunas existentes, indicando novas oportunidades de formação que contribuam para a consolidação da inclusão escolar. Nesta pesquisa, realizou-se um levantamento em oito plataformas nacionais de MOOC e os resultados evidenciam que há mais cursos voltados para a deficiência auditiva e a deficiência visual. Verificou-se também um número reduzido de cursos sobre deficiência intelectual, altas habilidades/superdotação e Transtorno do Espectro Autista. Conclui-se que, embora os MOOC ampliem as possibilidades de formação docente, ainda não contemplam integralmente a diversidade e a complexidade de temáticas previstas nas normativas nacionais, o que indica a necessidade de políticas públicas e iniciativas institucionais que promovam novos cursos voltados a esses públicos, fortalecendo a formação docente como dimensão indispensável à efetivação do direito à inclusão.

**Palavras-chave:** Inclusão, Formação de Professores, MOOC.

### **Abstract**

Teacher training in Special Education is a fundamental condition for school inclusion as a social right and for the retention and success of students, the target audience of the National Policy on Inclusive Special Education. In this context, massive open online courses (MOOCs) emerge as a relevant alternative for continuing education, as they expand access and enable greater territorial reach. This study aimed to identify continuing education courses in Inclusive Special Education offered on Brazilian MOOC platforms, map their themes, and identify existing gaps, suggesting new training opportunities that contribute to the consolidation of school inclusion. This research, conducted on eight national MOOC platforms, revealed more courses focused on hearing and visual impairments. A small number of courses on intellectual disabilities, giftedness, and autism spectrum disorder were also identified. It is concluded that, although MOOCs expand the possibilities for teacher training, they still do not fully cover the diversity and complexity of topics provided for in national regulations, which indicates the need for public policies and institutional initiatives that promote new courses aimed at these audiences, strengthening teacher training as an indispensable dimension for the realization of the right to inclusion.

**Key words:** Inclusion, Teacher Training, MOOC.

## Introdução

No Brasil, existem 18,6 milhões de pessoas de dois anos ou mais de idade com deficiência, conforme o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023). As pessoas com deficiência têm direito à educação, estabelecidos na Constituição Federal e em legislações específicas, tal como a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) (Brasil, 1988; Brasil, 2015).

Para que esse direito seja concretizado, é fundamental que as instituições de ensino promovam e estimulem a formação dos profissionais da educação, em especial dos professores, de modo a assegurar a acessibilidade aos estudantes público da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI). Tal público abrange pessoas com deficiência auditiva, deficiência intelectual (DI), deficiência física, deficiência visual, com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e com altas habilidades/superdotação (Brasil, 2025).

A formação docente, nesse cenário, deve ser compreendida como parte constitutiva do processo de inclusão escolar. Não se trata apenas de formar professores para lidar com recursos pedagógicos e tecnológicos, mas de desenvolver práticas reflexivas e críticas que reconheçam a diversidade como princípio e a inclusão como direito. No ensinamento de Mantoan (2015), a formação para a inclusão demanda uma revisão do papel da escola e do professor, convocando-os a construir ambientes de aprendizagem que respeitem singularidades e promovam equidade. Nesse sentido, a formação é não apenas requisito profissional, mas condição ética e política para a permanência e o êxito dos estudantes no processo educativo.

Diante da diversidade de discentes no ambiente escolar e das demandas dos profissionais da educação, uma possibilidade para a formação de professores é a realização de cursos online, abertos e massivos, ou seja, cursos MOOC, sigla que vem da terminologia em inglês *Massive Online Open Courses*.

Neste estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com o levantamento de dados de plataformas de cursos MOOC brasileiras, com o objetivo de identificar os cursos de formação continuada ofertados em formato MOOC voltados à Educação Especial Inclusiva, destacando as temáticas já contempladas e as lacunas de formação, de modo a apontar novas oportunidades formativas que consolidem a perspectiva da formação docente como dimensão indispensável para a efetivação do direito à inclusão escolar.

## Formação de Professores para a Educação Especial: a Inclusão como Direito

A formação de professores constitui-se em eixo central das políticas educacionais brasileiras, especialmente quando se trata da garantia do direito à educação para estudantes, público da PNEEI. Neste sentido, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), atribui à formação docente um papel essencial para assegurar qualidade e equidade no processo educativo e, no artigo 13, reforça que o exercício da docência exige não apenas domínio dos conteúdos, mas também compromisso com a aprendizagem de todos os estudantes (Brasil, 1996).

No que tange à educação inclusiva, a própria LDB, no artigo 4º, vincula o dever do Estado à garantia do atendimento educacional especializado, o que evidencia que a inclusão é um direito social a ser assegurado por meio da oferta de serviços, recursos e práticas docentes qualificadas (Brasil, 1996). A centralidade na formação docente é reafirmada no artigo 59, inciso III, que determina que os sistemas de ensino devem assegurar professores com especialização adequada, tanto para o atendimento especializado quanto para a integração dos estudantes nas classes comuns. Ainda, o artigo 62 da norma reconhece que a formação continuada poderá fazer uso de recursos da Educação a Distância, ampliando o alcance das políticas formativas (Brasil, 1996).

O fortalecimento desse marco legal se dá com o Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica e, entre seus objetivos, destaca-se a promoção da formação de profissionais comprometidos com os valores da

democracia, dos direitos humanos e da equidade, com vistas à construção de ambientes educativos inclusivos e cooperativos (Brasil, 2016). Nesse sentido, a formação de professores para a Educação Especial é entendida como parte de um processo de consolidação da escola enquanto espaço de cidadania.

Mais recentemente, a Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores, reforça a necessidade de constituição de núcleos formativos que articulem princípios, valores e atitudes comprometidos com a justiça social, a participação democrática e a inclusão. O documento aponta explicitamente a diversidade e a equidade como eixos orientadores, reafirmando que os cursos de formação devem contemplar a preparação docente para atuação em todas as modalidades da educação, incluindo a educação especial (Brasil, 2024).

Assim, o percurso normativo evidencia que a formação de professores, seja inicial ou continuada, constitui condição indispensável para efetivar o direito à educação das pessoas com deficiência, com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou com altas habilidades/superdotação. Mais do que um requisito profissional, trata-se de uma exigência legal e ética que reconhece a inclusão como princípio estruturante das políticas educacionais brasileiras.

Ao considerar a formação de professores como dimensão essencial da inclusão escolar, evidencia-se que os processos formativos precisam estar articulados às políticas públicas que asseguram o direito à educação das pessoas com deficiência e este é um desafio apontado por Pletsch (2009):

O atual e grande desafio posto para os cursos de formação de professores é o de produzir conhecimentos que possam desencadear novas atitudes que permitam a compreensão de situações complexas de ensino, para que os professores possam desempenhar de maneira responsável e satisfatória seu papel de ensinar e aprender para a diversidade (Pletsch, 2009, p. 148).

Ainda considerando Pletsch (2009, p. 150), um fator relevante na formação de professores é a diversidade regional e socioeconômica do Brasil e a necessidade de investimentos e intercâmbios de experiências positivas de inclusão em âmbito nacional. É nesse horizonte que os cursos online, abertos e massivos (MOOC) emergem como alternativa significativa de formação continuada, por ampliarem o acesso a conteúdos especializados e possibilitarem que docentes de diferentes regiões e contextos se apropriem de saberes que favoreçam práticas pedagógicas inclusivas.

Ressalta-se que a LBI, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, estabelece que o poder público deve assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar a adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores (Brasil, 2015). Neste sentido, é essencial compreender a importância e as limitações das formações das plataformas de cursos MOOC.

## **Cursos MOOC e a Formação de Professores para a Inclusão Escolar**

Em 2008, foi realizado o primeiro curso MOOC, *Connectivism and Connective Knowledge*, ministrado por George Siemens e Stephen Downes, que contou com cerca de 2.400 inscritos (Mattar, 2013). Os cursos MOOC têm grande potencial de alcance à população, uma vez que têm ofertas contínuas e não apresentam processos seletivos para os cursistas, que podem organizar o seu horário de estudo de acordo com sua disponibilidade. Neste sentido, esse formato de cursos a distância pode ser utilizado para a formação em temáticas relevantes.

O estudo de Battestin *et al.* (2024) considerou o contexto aberto dos MOOCs como um fator relevante para a formação continuada de docentes e técnicos administrativos do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), que também podem realizar os cursos de forma vinculada à política de capacitação institucional, como a licença capacitação. Além disso, destacaram “que o impacto pode atingir também servidores de diversos órgãos do país, colaborando no fortalecimento das ações mais amplas da rede federal de educação” (Battestin *et al.*, 2024, p. 270).

Ferreira Filho *et al.* (2024) reforçam a importância das plataformas de cursos abertos ao apresentarem os dados de acessos aos cursos da Plataforma Digital de Formação Continuada

(PlaforEDU) em 25 países e 788 cidades, ou seja, a PlaforEDU criada para atender a formação de servidores públicos federais e empregados públicos vinculados às instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPT) superou o público-alvo inicial previsto para as capacitações.

Além de não ter processo seletivo para ingresso e ausência de professor para realizar a mediação pedagógica, o que possibilita um número elevado de inscrições, esses cursos são de curta duração e totalmente online. Diante dessas características, os cursos MOOC oportunizam a formação dos profissionais da educação sobre temáticas de acessibilidade digital e de inclusão das pessoas com deficiência, dentre outras, de forma mais célere e em maior escala.

Battestin *et al.* (2021) identificaram o aumento na procura por formação em cursos MOOC pelos professores no período da pandemia de Covid-19, o que evidencia a relevância desse formato de curso a distância para a qualificação profissional. Na área da inclusão escolar, Nieves, Moya e Soldado (2019) criaram um curso MOOC intitulado "Contextos educacionais inclusivos: design para todos" com a utilização da metodologia de design instrucional juntamente com diretrizes de aprendizagem baseadas no design universal. Além da formação de professores, este curso teve como objetivo melhorar a qualidade da educação virtual com a produção de sala inclusiva, tornando-a mais acessível sem a necessidade de ajustes na plataforma *Moodle* e com envolvimento dos participantes em seu processo de aprendizagem.

De forma complementar, Carneiro (2023, p. 43) aponta a relevância dos cursos MOOC para a divulgação científica sobre temáticas da Educação Especial Inclusiva:

Como estratégia de desconstrução cultural dos preconceitos que circundam a deficiência na sociedade, os MOOCs ampliam o alcance dos saberes científicos e acabam por direcionar saberes específicos voltados para o processo de inclusão escolar, tornando a demanda dos professores que se encontram diante alunos vinculados a Educação Especial possível de ser atendida de forma rápida, acessível e com fundamentação teórica, aproximando teoria e práticas nas escolas.

Böck, Gesser e Nuernberg (2021), ao realizar um curso na área da inclusão com mediação pedagógica, perceberam que muitos cursistas utilizavam o ambiente virtual de aprendizagem para coletar informações, baixar textos e assistir aos vídeos, de maneira que a oferta de cursos MOOC seria mais adequada para esse perfil de estudantes. Neste sentido, a proposta de um curso MOOC atende às necessidades desses usuários e possibilita o acesso de um número maior de alunos, pois não existe restrição de processos seletivos.

## Procedimentos Metodológicos

Este estudo é de natureza básica, abordagem qualitativa, descritivo quanto aos objetivos, e, quanto aos procedimentos técnicos, configura-se como pesquisa bibliográfica e documental, pois o levantamento foi realizado a partir de dados públicos disponibilizados em páginas de web sites institucionais de plataformas de cursos MOOC (Silveira; Córdova, 2009).

As plataformas brasileiras de cursos MOOC utilizadas nesta pesquisa foram: Cursos Abertos do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), Escola Virtual de Governo, Cursos Online Abertos do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Lumina Educação para Todos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Portal de Cursos Abertos (Poca) da Universidade Federal de São Carlos (UFScar), Eskada Cursos Abertos da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Mooqueca Cursos Gratuitos de Extensão da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Cursos Online do Canal Futura.

A busca foi realizada com os descritores: "acessibilidade", "acessível", "deficiência", "Transtorno do Espectro Autista", "altas habilidades", "tecnologia assistiva", e "desenho universal para aprendizagem". Também foram realizadas buscas em categorias específicas, como nas áreas de educação e inclusão, quando a plataforma apresentava essa estruturação.

## Resultados e Discussão

Existem no Brasil diferentes plataformas que ofertam cursos MOOC na área de inclusão, com a vantagem de não existir processo seletivo, tais como: *Moodle* no IFES e no IFRS (2025), a Poca na UFSCar (2025), a Lúmina na UFRGS (2025), entre outras. O quadro 1 apresenta os cursos MOOC na área de inclusão do público da PNEEI encontrados no processo de busca. A carga horária dos cursos variou de 5 a 90 horas. Dos trinta e sete cursos identificados, onze apresentam carga horária de 30 horas; nove cursos têm 20 horas de duração; cinco com carga horária de 60 horas; e quatro cursos com 40 horas de duração, dois de 10 horas, e uma oferta de curso de 5, 6, 8, 15, 16 ou 90 horas. A oferta de cursos MOOC é uma alternativa de formação complementar importante, pois Böck, Gesser e Nuernberg (2021) apontarem que muitos professores utilizam cursos virtuais para acessar informações e recursos práticos, de modo que a oferta de MOOC pode atender de forma célere e em larga escala esse perfil de cursistas.

Quadro 1 – Cursos MOOC na área de inclusão

ID	Nome do Curso	Carga Horária	Plataforma MOOC
1	Acessibilidade na comunicação	30 h	Escola Virtual de Governo
2	Acessibilidade em espaços de uso público no Brasil	20 h	Escola Virtual de Governo
3	Acessibilidade em espaços urbanos	16 h	Escola Virtual de Governo
4	Introdução à audiodescrição	40 h	Escola Virtual de Governo
5	Acessibilidade em espaços edificados de uso público	20 h	Escola Virtual de Governo
6	Acessibilidade em museus	20 h	Escola Virtual de Governo
7	Introdução à Libras	60 h	Escola Virtual de Governo
8	Fotografia e audiovisual para produção de janelas de Libras	20 h	Escola Virtual de Governo
9	Sei! Usar para deficientes visuais	20 h	Escola Virtual de Governo
10	Inclusão social e laboral das pessoas com DI ou TEA	20 h	Escola Virtual de Governo
11	Primeiros passos para uso de linguagem simples	8 h	Escola Virtual de Governo
12	Acessibilidade e tecnologia	60 h	Cursos Abertos do Ifes
13	Introdução à educação de surdos	30 h	Cursos Abertos do Ifes
14	Introdução à Libras	30 h	Cursos Abertos do Ifes
15	Acessibilidade em processos seletivos discentes	60 h	Cursos Abertos do Ifes
16	Caminhos para a alfabetização no contexto da deficiência visual	30 h	Cursos Abertos do Ifes
17	Desvendando o Plano Educacional Individualizado (PEI)	30 h	Cursos Abertos do Ifes

18	Educação Especial: aspectos introdutórios	30 h	Cursos Abertos do Ifes
19	Neurodiversidade no Autismo	30h	Cursos Abertos do Ifes
20	Introdução à produção de audiolivros	20 h	Cursos Abertos do Ifes
21	Possibilidades para a fabricação digital de recursos de Tecnologia Assistiva de baixo custo na educação	40 h	Cursos Online Abertos do IFRS
22	Tecnologia Assistiva no contexto educacional	60 h	Cursos Online Abertos do IFRS
23	Altas Habilidades/Superdotação: conceitos	20 h	Cursos Online Abertos do IFRS
24	Libras para professores	40 h	Cursos Online Abertos do IFRS
25	Libras: compreensão básica	90 h	Cursos Online Abertos do IFRS
26	Comunicação para todos: recursos e ferramentas de acessibilidade	20 h	Lumina Educação para Todos UFRGS
27	Educação Especial: histórico, políticas e práticas	40 h	Poca Portal de Cursos Abertos da UFSCar
28	Introdução aos estudos da Língua Brasileira de Sinais	30 h	Poca Portal de Cursos Abertos da UFSCar
29	Noções de acessibilidade arquitetônica para avaliação de projetos e edificações	5 h	Poca Portal de Cursos Abertos da UFSCar
30	Trabalhando com DI e TEA nas aulas de Educação Física: da teoria às práticas corporais inclusivas	6 h	Poca Portal de Cursos Abertos da UFSCar
31	Tradutor Intérprete de Libras: prática e formação profissional	30 h	Poca Portal de Cursos Abertos da UFSCar
32	Games acessíveis para educação	10 h	Poca Portal de Cursos Abertos da UFSCar
33	Gamificação no ensino inclusivo de surdos	30 h	Eskada Cursos Abertos da UEMA
34	Libras	60 h	Eskada Cursos Abertos da UEMA
35	A voz do outro: Prática de fluência e ritmo Libras/Português	15 h	Moocqueca Cursos Gratuitos de Extensão da UFES
36	Introdução à Libras	30 h	Moocqueca Cursos Gratuitos de Extensão da UFES
37	Desenho Universal para Aprendizagem e Tecnologia Assistiva nas escolas	10 h	Cursos Online do Canal Futura

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O processo de formação dos profissionais da educação na área da inclusão deve ser entendido como contínuo, visto que a dinâmica escolar e as demandas pedagógicas relacionadas ao público

da PNEEI exigem atualização permanente (Brasil, 2025). Essa perspectiva também está prevista na Lei nº 9.394/1996, que, em seu artigo 62, § 2º, estabelece a possibilidade de utilização da Educação a Distância para a formação continuada dos profissionais do magistério, o que dialoga diretamente com o potencial dos MOOC como recurso formativo. Além disso, o Decreto nº 8.752/2016 reforça o compromisso do Estado em promover formações que garantam a equidade, a justiça social e a inclusão nos ambientes escolares.

O levantamento realizado revelou que, embora haja iniciativas relevantes, ainda persiste uma limitação quanto à diversidade de cursos ofertados. Identificaram-se formações mais voltadas para algumas deficiências específicas, como a deficiência auditiva, contemplada em cursos de Libras e de educação de surdos; a deficiência visual, abordada em cursos sobre audiodescrição, produção de audiolivros e alfabetização de pessoas com deficiência visual; além de cursos com temáticas mais gerais, tais como acessibilidade e Tecnologia Assistiva. Esses resultados dialogam com a análise de Carneiro (2023) que encontrou em plataformas de Institutos Federais que mais de 33% dos cursos eram voltados para Libras e 23% para acessibilidade, e poucos cursos abordaram os demais público-alvo da PNEEI.

Entretanto, constatou-se número reduzido de cursos MOOC voltados para o atendimento de estudantes com deficiência intelectual, com deficiência física, com Transtorno do Espectro Autista e com altas habilidades/superdotação. Além disso, um curso apresentou o termo inadequado “deficientes”. Conforme Mantoan (2015), a formação para a inclusão deve considerar a diversidade como princípio, exigindo práticas que assegurem a participação e a aprendizagem de todos.

Nesse contexto, se coaduna com Pletsch (2009), que aponta o desafio dos cursos de formação de professores em possibilitar a produção de conhecimentos capazes de gerar novas atitudes e de favorecer a compreensão de situações complexas de ensino.

Essa lacuna formativa revela que o potencial inclusivo dos MOOC necessita ser ampliado para todo o público previsto pela PNEEI, o que limita a abrangência da formação continuada oferecida aos docentes. A originalidade deste estudo reside justamente na identificação dessa disparidade, já que embora os cursos MOOC representem uma alternativa acessível e democrática de formação docente (Battestin *et al.*, 2021), ainda apresentam limitações diante da diversidade de necessidades educacionais.

## Considerações Finais

A formação de professores é fundamental para a inclusão escolar e a oferta de cursos nas temáticas específicas da Educação Especial Inclusiva foram identificadas nas principais plataformas brasileiras de cursos no formato MOOC. Esse formato amplia o alcance da formação continuada e atende a docentes que, muitas vezes, encontram barreiras geográficas, financeiras ou institucionais para participar de cursos presenciais. Dessa forma, os cursos MOOC podem ser compreendidos como estratégia formativa para a inclusão educacional.

Evidencia-se a necessidade de políticas e iniciativas que ampliem o escopo dos cursos, de modo a promover a formação qualificada dos docentes e a implementação de práticas pedagógicas inclusivas, que beneficiem todos os estudantes. Além disso, possibilita explorar recursos e serviços de Tecnologia Assistiva, de modo a contribuir para a consolidação da formação de professores como elemento indispensável à efetivação do direito à inclusão escolar.

## Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 maio 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 maio 2024.

BRASIL. **Escola Virtual de Governo**, 2025. Disponível em: <<https://www.escolavirtual.gov.br/>>. Acesso em: 6 mar. 2025.

BATTESTIN, V.; CHERINI, A. P. A.; ZANETTI NETO, G.; MARCHESI-COSTA, D. Cursos Mooc do Ifes: Ampliação da Formação no Contexto Educacional em Tempos de Pandemia. *In: XVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA*, 2021. **Anais eletrônicos...**, Natal: UFRN, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/items/45419124-cdb7-4db5-bace-8866c5279bbd>>. Acesso em: 12 fev. 2025.

BATTESTIN, V.; AMORIM, A. P.; SILVA, E. M. da; ACCIOLY, M. V. F. A Contribuição da Plataforma de Cursos Abertos do Ifes na Formação Continuada de Servidores Públicos. *In: ANJOS, A. M. dos; RIBEIRO, L. O. M.; FERREIRA FILHO, R. C. M. (Org). Ecosistema Digital de Formação e as Políticas Públicas de Capacitação de Servidores Federais*. 1.ed. Cuiabá-MT: EdUFMT Digital, 2024. p. 248-274. Disponível em: <https://www.edufmt.com.br/product-page/ecossistema-digital-de-forma%C3%A7%C3%A3o-e-as-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-de-capacita%C3%A7%C3%A3o-de-servid>. Acesso em: 17 jul. 2025.

BOCK, G. L. K.; GESSER, M.; NUERNBERG, A. H. Contributions of the Universal Design for Learning to Distance Education. **Educação & Realidade**, v. 46, n. 4, p. 1-22, 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2175-623695398>>. Acesso em: 30 jan. 2025.

Canal Futura. **Cursos Online**, 2025. Disponível em: <<https://www.futura.org.br/cursos/>>. Acesso em: 11 mar. 2025.

CARNEIRO, K. de O. **Pensar os Moocs na Formação Complementar em Educação Especial**. 2023. 59 f. TCC (Graduação em Pedagogia) - Instituto Federal do Espírito Santo, Itapina, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/3418>. Acesso em: 6 maio 2025.

FERREIRA FILHO, R. C. M.; BARROS, T. M.; MAIA, P. de A.; SILVA, S. S. da; RIBEIRO, F. P. PlaforEDU - Plataforma Digital para Promoção e Oferta de Formação Continuada aos Servidores da Rede Federal de EPCT. *In: ANJOS, A. M. dos; RIBEIRO, L. O. M.; FERREIRA FILHO, R. C. M.*

(Org). **Ecosistema Digital de Formação e as Políticas Públicas de Capacitação de Servidores Federais**. 1.ed.

Cuiabá-MT: EdUFMT Digital, 2024. p. 17-35. Disponível em: <https://www.edufmt.com.br/product-page/ecossistema-digital-de-forma%C3%A7%C3%A3o-e-as-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-de-capacita%C3%A7%C3%A3o-de-servid>. Acesso em: 17 jul. 2025.

IBGE. **Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda**. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

IFES. **Cursos Abertos**, 2025. Disponível em: <https://mooc.cefor.ifes.edu.br/>>. Acesso em: 06 mar. 2025.

IFRS. **Cursos Online Abertos**, 2025. Disponível em: <https://moodle.ifrs.edu.br/>>. Acesso em: 06 mar. 2025.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2015.

MATTAR, J. Aprendizagens em ambientes virtuais: teorias, conectivismo e MOOCs. **Revista Digital Teccogs**, v.18, n.7. p. 20-40, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/teccogs/article/view/52846>>. Acesso: 9 jan. 2025.

NIEVES, L. H.; MOYA, E. C.; SOLDADO, R. M. A MOOC on Universal Design for Learning designed based on the UDL paradigm. **Australasian Journal of Educational Technology**, v. 35, n. 6, p. 30-47, 2019. Disponível em: <https://ajet.org.au/index.php/AJET/article/view/5532>>. Acesso: 13 abr. 2025.

PLETSCH, M. D. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educar**, n. 33, p. 143-156, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/VNnyNh5dLGQBRR76Hc9dHqQ/?lang=pt>>. Acesso em: 4 maio 2025.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. *In*: GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-42. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2025.

UEMA. **Eskada Cursos Abertos**, 2025. Disponível em: <https://eskadauema.com/>>. Acesso em: 10 mar. 2025.

UFES. **Moocqueca Cursos Gratuitos de Extensão**, 2025. Disponível em: <https://mooc.ufes.br/>>. Acesso em: 3 jun. 2025.

UFRGS. **Lumina Educação para Todos**, 2025. Disponível em: <https://lumina.ufrgs.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2025.

UFSCar. **Poca Portal de Cursos Abertos**, 2025. Disponível em: <https://poca.ufscar.br/>>. Acesso em: 06 mar. 2025.